

PAISAGENS CONTEMPORÂNEAS PARA UMA POSSÍVEL ANIMAÇÃO MILITANTE

Mário Montez

Animador Sociocultural

Instituto Politécnico de Coimbra / Escola Superior de Educação

montez@esec.pt, montez.mario@gmail.com

<https://mamitz.wordpress.com/>

RESUMO

O século XXI trouxe claras alterações sociais e económicas que afectam também a animação sociocultural. A animação tem evoluído a par com as exigências e tendências políticas actuais subordinadas a conceitos como “empreendedorismo” e “sustentabilidade”, ao mesmo tempo que se vê emaranhada na teia do desemprego que caracteriza o panorama social actual da Península Ibérica. Contudo, encontra-se ainda uma vertente militante em acções de animação promovidas em contextos não institucionais por outros actores sociais que não se consideram animadores socioculturais. Apresentam-se aqui sete âmbitos, denominados paisagens, que surgem em resposta à crise e à austeridade e que exigem a presença de animadores e de animadoras profissionais, pressupondo a importância de perpetuar a animação sociocultural como metodologia de intervenção social construtora de uma utopia realista.

PALAVRAS-CHAVE:

animação socioocultural militante; economia solidária; ciberanimação; acção colectiva; desemprego; austeridade.

RESUMEN

El siglo XXI trajo cambios sociales y económicos claros que también afectan a la animación sociocultural. La animación ha evolucionado junto con los requisitos y las tendencias políticas actuales subordinados a conceptos como "espíritu empresarial" y "sostenibilidad", al mismo tiempo que se ve enredado en la telaraña de desempleo que caracteriza el actual panorama social de la Península Ibérica. Sin embargo, todavía hay un aspecto militante en actividades de animación promovidas por otros actores sociales,

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyright: Mário Montez

en el contexto no institucional, que no son animadores socioculturales. Presentamos aquí siete campos, llamados paisajes que surgen en respuesta a la crisis y la austeridad y que requiere la presencia de animadores y animadoras profesionales, asumiendo la importancia de perpetuar las actividades sociales y culturales como metodología de intervención social en la construcción de una utopía realista.

PALABRAS CLAVE:

animación socioocultural militante; economía solidaria; ciberanimación; acción colectiva; el desempleo; austeridad.

INTRODUÇÃO

O século XXI, embora ainda no seu início, trouxe novas problemáticas nas esferas política, social e económica a Portugal e à União Europeia, geradas por fenómenos despoletados nos finais do século anterior. As problemáticas de base da animação sociocultural, em Portugal, mantiveram-se durante a transição dos séculos (institucionalização; reconhecimento; democratização da cultura, educação ao longo da vida, etc.) mas as configurações alteraram-se. Novas oportunidades surgiram e com elas novos conflitos se desvendaram. A meio da segunda década do século XXI estamos perante uma nova época da animação sociocultural que complementa as fases que Marcelino Sousa Lopes apresenta no seu exaustivo trabalho sobre as origens e a evolução da animação sociocultural em Portugal¹, desde a sua forma difusa (anterior ao conceito e na primeira metade do século XX) à animação institucionalizada (no final do século XX).

Esta nova fase apresenta características vincadas das décadas imediatamente anteriores mas também reminiscências das origens políticas da animação sociocultural militante. Estamos perante uma fase conflituosa da animação ou diante, mesmo, da sua inevitável extinção, tal como tem sido encarada. Um estádio que comporta uma derradeira encruzilhada face à qual a animação sociocultural em Portugal, em particular, e na Península Ibérica, em geral, se vê confrontada com duas opções. Por um lado seguir um

1 Lopes, M. S. (2006) *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves, Intervenção.

caminho em consonância com as ideologias actuais, arriscando fundir-se entre outras actividades e profissões socioculturais e educativas, ou até empresariais; por outro lado, seguir um caminho em sintonia com a identidade militante da animação sociocultural, arriscando a marginalização desta actividade e a falta de reconhecimento político formalizado. De um lado parecem estar os animadores e animadoras profissionais, com formação específica na área, do outro parecem estar pessoas das mais variadas áreas das ciências sociais (e não só) ou de outros sectores profissionais. Nos entretantos a animação sociocultural confronta-se com desafios que poderão recuperar a sua identidade e definir o caminho a seguir.

Apresentam-se aqui sete propostas de intervenção para uma acção militante da animação sociocultural e que se apresentam como complemento da animação institucionalizada. São paisagens contemporâneas relacionadas com áreas desde a economia local ao aproveitamento do tempo desocupado, passando pelo espaço virtual e pela acção colectiva de índole vincadamente política.

Enquadramentos para paisagens possíveis

No final do século XX e no início do século XXI a União Europeia, através dos Quadros Comunitários de Apoio, possibilitou um conjunto de medidas sociais que aumentaram a empregabilidade na área da intervenção social, cultural e educativa. Entre eles contam-se programas sociais de âmbito nacional e local, desenvolvimento de acções e de estruturas culturais, projectos de aproveitamento de tempos livres, de educação não formal, entre outros. O aumento da empregabilidade foi também sentido noutras áreas, especialmente no sector terciário, e trouxe uma melhoria das condições financeiras da população activa, em particular dos jovens adultos que iniciavam, naquela conjuntura, a sua vida profissional e familiar. Mas esse tempo histórico trouxe também expectativas e ambições consonantes com uma significativa melhoria das condições de vida, especialmente no que toca à capacidade de consumo de bens e de serviços. Talvez por isso a contestação política decresceu e as iniciativas políticas dos vários governos foram pouco questionadas pela população em geral, apesar de pontuais protestos, geralmente relacionados com questões financeiras (p.ex: propinas; portagens). Eventos como a Expo 98 e o Euro 2004

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

ou mesmo a assinatura do Tratado de Lisboa, assim como outras iniciativas nacionais e locais e sucessos alcançados por grupos ou personalidades portuguesas (p.ex: Selecção Nacional de Futebol; Luís Figo; Cristiano Ronaldo; José Mourinho), ampliaram a percepção de felicidade que se vinha fazendo sentir desde o final da década de 80, através de inéditas oportunidades para a juventude (p.ex: Cartão Jovem) e de uma maior abertura no ingresso ao ensino superior. A descrença perante os programas políticos dos vários partidos, carentes de diversidade na sua aplicação, enriquecida pela sensação de uma afinidade imparável entre a política e os interesses dos grandes grupos financeiros, inibiram ainda mais a participação cidadã.

Mas se até à primeira década do século XXI se foi desenvolvendo uma anomia social e política, resultado de uma generalizada satisfação e sentimento de felicidade, a crise económica que despoletou no final da primeira década deste século trouxe consigo pessimismo e infelicidade para a população em geral. Tanto em Portugal como em Espanha a crise trouxe fundamento a uma política de austeridade, colocando em risco um conjunto de direitos da população e um conjunto de deveres do Estado. Por meio de uma ideologia de economia neoliberal, assente na utopia de uma sociedade unicamente regulada pelo “mercado”, sem qualquer intervenção do Estado, o actual governo, tal Rei Midas, transforma tudo em que atenta numa questão financeira. Esta forma de encarar a sociedade alastra-se como macha de óleo por todas as estruturas da sociedade, das empresas às famílias, passando pelas unidades orgânicas do Estado, dos estabelecimentos de ensino aos hospitais, servindo de refúgio a muitas tomadas de decisão prejudiciais por parte dos seus responsáveis.

Na realidade, tais políticas não se resumem apenas à acção de um governo. As política em vigor, os cortes orçamentais, a suprema crença no empreendedorismo como solução de todos os males económicos e sociais, provêm de um mais lato contexto político a nível global no qual Portugal e Espanha se integram, enquanto membros da União Europeia e de outros consórcios internacionais. Reduzidas as problemáticas a questões financeiras, com a supervisão do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia (Troika), uma grande faixa da população encontra-se em risco de perder o

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

emprego², de não conseguir emprego, ou de não conseguir pagar as despesas correntes, sejam elas essenciais ou outras que o tempo anterior lhes tinha permitido. Por isso, larga margem da população volta-se para a habitual melancolia, fatídica, fadista, salvaguardando a sua sobrevivência e os seus bens. Ou emigra, à semelhança, relativa, das migrações dos anos 60 do século XX. Encontram-se então nesta segunda década do século XXI grupos de pessoas que se prostram em apatia perante as ocorrências políticas, outros que aparentam preferir ignorá-las, outros que se mostram receosos em agir em oposição e outros ainda que tomam estas medidas como forma de garantir o seu sucesso profissional e, por conseguinte, o seu bem estar pessoal.

A animação sociocultural não escapa a esta linha de acontecimentos. As dificuldades sentidas face às expectativas construídas ao longo da vida e durante o percurso formativo, leva facilmente muitos animadores e animadoras a compactuar com o modelo em vigor e a acreditar no dogma do empreendedorismo exacerbado ou no que Rui Zink representa como a “instalação do medo”, no seu livro com título homónimo³. Assim se vão transformando as organizações, as condições de trabalho e o papel da animação enquanto capacitação e mobilização para a acção. Assim se vão transformando subtilmente organizações sem fins lucrativos de acção social em empresas de serviços sociais e educativos; animadoras socioculturais em técnicos de gerontologia, em técnicos de turismo⁴ ou de outros quaisquer ramos associados a instituições dispostas a pagar valores que não dignificam a profissão. Perante o fantasma do desemprego as animadoras e os animadores vão-se submetendo a um trabalho meramente técnico, menos crítico, cada vez com menor capacidade de mobilização e, por isso, com muito pouco impacto político ou gerador de mudança social. Por fim, face à necessidade de sustentabilidade (tida aqui somente como aspecto financeiro) vão sendo criados negócios nos quais surge o nome “animação sociocultural” sem que tenham realmente o ADN desta

2 A taxa de desemprego em Portugal apresenta um aumento muito significativo, comparando o tempo entre a entrada da moeda única (Euro) em 2002 (5,0%) com o início da implementação de políticas de austeridade em 2011 (12,7%) e os anos seguintes de 2012 (.15,5%) e 2013 (16,2%). Fonte: PORDATA. <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+%28percentagem%29-550> (acedido em 13/02/2015).

3 Zink, R. (2014) *A Instalação do Medo*. S.l., Editora Teodolito.

4 Nota: O curso de Animação Sociocultural ministrado como curso profissional de grau superior em Espanha (equivalente aos cursos superiores politécnicos em Portugal) passou este ano a denominar-se de Animação Sociocultural e Turismo. Tal facto não deverá ficar isento de cuidada análise e discussão.

metodologia social na sua constituição.

Contudo, surgem também grupos de pessoas determinados a reagir a essas mesmas políticas castradoras, organizando encontros e grupos de base local que procuram novas formas de viver e de transformar a sociedade. As plataformas de participação cidadã, os mercados locais de troca de produtos, as redes solidárias, as redes de produção colaborativa, as actividades de transformação do espaço público, as mobilizações e acções de protestos em defesa de direitos sociais, culturais e educativos, são iniciativas que assentam na capacitação para a transformação social. Mesmo não sendo animadas por animadores e animadoras profissionais, estas iniciativas são de animação sociocultural, no sentido militante e político da animação.

Perante o cenário socioeconómico do início deste século apresenta-se então um cenário bicéfalo da animação sociocultural, constituído por uma animação militante e por uma animação bancária. Uso o termo “militante” na acessão dada por autores de referência da animação sociocultural (como Jean- Claude Gillet ou Marcelino Lopes)⁵ e o termo “bancária” inspirado pela ideia de “educação bancária” de Paulo Freire. Neste plano convém reflectir e chegar a conclusões relativas a várias problemáticas das quais depende a sobrevivência da animação sociocultural, tal como tem sido entendida, ou, por outro lado, a transformação da animação sociocultural num serviço de acção socioeducativa e cultural. Muitas destas problemáticas têm já sido alvo de discussão entre animadores em diversas ocasiões. Aqui surgem somente como ponto de partida para uma viagem por entre sete paisagens militantes e com base na crença de que nunca é demais partilhar ideias e apresentar visões, esperando mobilizar a classe animadora a enfrentar novos desafios.

5 Gillet, J-C. (1995) *Animation et Animateurs: Le sens de l'action*. Paris: L'Harmatan.

Gillet, J-C. (2006) Animação entre Marcha e Democracia. Comunicação disponível em: http://jeanclaudegillet.free.fr/pdf/Comunicacao_PTG%20_2.pdf

Lopes, M. S. (2006) *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves, Intervenção.

Contextos de transformação da paisagem da animação:

Toda a paisagem se transforma, tanto por acção do homem como da natureza. E um tipo de transformação obriga à acção da outra. Novos desafios surgem à animação sociocultural, exigindo aqui a observação de variadas questões e a exploração de algumas problemáticas da animação em contextos que se complementam: o contexto formativo e os contextos de acção. Os contextos formativos são responsáveis pela formação das actuais gerações de animadores e, sobretudo, de animadoras. Os contextos de acção aqui explorados são considerados contemporâneos; respondem não só a necessidades que vão surgindo do combate às políticas globais ditadas pela economia de mercado mas sobretudo aos aspectos que caracterizam a animação sociocultural.

Contextos formativos: breve mirada ao que transforma a paisagem da animação

Apesar das incertezas e ambiguidades que se têm apontado à animação sociocultural em Portugal⁶, não se pode ignorar o facto de que esta profissão contempla dois níveis de formação reconhecidos pelo sistema educativo: formação técnico-profissional e formação superior. O recente trabalho do animador e professor Rui Fonte⁷ sobre a formação de animadores socioculturais, demonstra claramente esta (e outras) realidade. Em Espanha a realidade é diferente mas o reconhecimento académico da animação sociocultural é igualmente notável, estando a animação presente como disciplina dos cursos de educação social, nas universidades, e como curso de pós-graduação dos institutos de ensino praticamente equivalentes ao ensino politécnico.

Desde os anos 2000 até há tempo recente existiam em Portugal 10 estabelecimentos de ensino superior que ministravam formação em animação. Esta realidade tem a obrigação de espelhar uma animação viva e segura de si e não uma baixa auto-estima e um rol de dúvidas sobre o que é e para que serve a animação sociocultural. Contudo, sabemos que

6 Baptista, A. M. (2012) Animação e Animadores Socioculturais: imprecisões, ambiguidades, incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional num mundo em transformação. In *Revista Práticas de Animação*. Ano 6, Nº 5 Outubro 2012.

7 Fonte, R. (2012) *A Formação de Animadores Socioculturais*. Canas de Senhorim, Edição de Autor.

vários cursos de formação em animação sociocultural foram surgindo por necessidades de sustentabilidade financeira das instituições e de manutenção de postos de trabalho dos seus funcionários, a maioria não conhecedora do conceito e dos contextos histórico-políticos e sociais no qual se criou a animação sociocultural. Talvez por isso não se tenham alimentado as novas gerações de animadores com quadros referenciais que constituem o cerne da animação sociocultural (identidade política; mobilização para a acção colectiva) e, por conseguinte, a sua utopia de transformação social. Ou de, como sugere Marcelino S. Lopes, não se ter tido sempre o cuidado de formar animadores e animadoras com “(...) um saber que eleve a dimensão humana do animador”⁸.

Perante os desafios da globalização, as novas gerações têm encarado, cada vez mais, a animação sociocultural como uma possibilidade de emprego, como uma profissão técnica ao serviço de grupos específicos da população, visando essencialmente a melhoria de qualidade de vida dos seus membros. A *praxis* da animação tem evoluído e passado ao lado dos debates e da teoria. Surge-me a imagem de um jogo das escondidas: enquanto uma criança conta até cem frente à rijeza da parede, outras tantas escondem-se e aparecem de súbito a bater na parede num ruidoso “salva-todos!”; a criança que contou fica novamente frente à rijeza da parede...a contar até cem. Assim se tem transformado a animação sociocultural. Ouve-se um colectivo “salva-todos!” quando alguma notícia surge nos *media* associada ao trabalho num lar de idosos, a uma actividade de férias, a um evento municipal, ou mesmo a uma iniciativa empreendedora. Estes são os contextos empregadores da animação sociocultural. Os contextos para os quais se formam animadores e animadoras, não como agentes de mudança social mas como empreendedores sociais, sem que se saiba ao certo o que comporta (ou não comporta) este termo.

A formação em animação sociocultural - raramente denominada assim – preocupa-se, legitimamente, com a empregabilidade dos e das estudantes, com a sustentabilidade (financeira) da instituição e do curso, com o preço das creditações e com as avaliações externas encomendadas por força da austeridade mas despojadas de positivismo. A

8 Lopes, M. S. (2012) A Animação Sociocultural: democracia, cidadania, participação e o dédalo do real com o virtual In Lopes, M. S. (coord.) *Animação Sociocultural, Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação*. Chaves, Intervenção. pp. 79-90.

verdadeira qualidade da formação dos beneficiários da missão dos estabelecimentos de ensino fica entregue à coragem, bom senso e disponibilidade de alguns formadores e docentes.

Há também transformações no campo das questões de género. Tal como noutras áreas sociais e educativas nota-se um desequilíbrio de género, pois a maioria da classe profissional (e académica) da animação é composta por mulheres. Dever-se-ia então reconsiderar a nomenclatura e colocar as questões no feminino; como: “Que desafios para a animadora sociocultural do século XXI?” Ou, como no título deste ponto, “Animação e formação de animadoras”. Uma solução assaz provocadora a trazer ainda mais confusão a uma área já tão embrenhada em indefinições.

Perante estas realidades é inevitável que se dê uma significativa transformação da percepção da metodologia social que é a animação sociocultural. Quando associada a uma efectiva educação bancária, geradora de uma sociedade igualmente “bancária”, é também natural que esta drenagem ideológica da animação sociocultural resulte numa severa seca de valores e princípios e que as práticas da animação se cultivem então dispersas por outros contextos profissionais. Pois, se a animação não acontecer pela mão dos animadores e animadoras, acontecerá pela mão de pessoas implicadas na mudança social, tal como aconteceu nos anos 60 e 70 do século XX e, antes disso, nas suas formas difusas, na educação popular ou na recreação.

Contextos de intervenção: olhar com esperança para uma paisagem transformada

Tem sido referido amiúde que a animação precisa de se animar a si mesma, de procurar as reminiscências da sua clássica utopia política e social nas realidades do presente, considerando até a existência de novos espaços da animação, como é o caso do espaço virtual potencializado pela Internet⁹. No entanto, a animação sociocultural encara agora, na conjuntura histórica que atravessamos, estímulos idênticos aos que a fizeram surgir. Estamos perante uma conjuntura repleta de oportunidades para a afirmação da animação, em vários quadrantes, desde a sua pertinência institucional à sua necessidade social e

⁹ Viché González, M. (2014) Ciber@nim@ção. Primera.

política, que respondem precisamente à utopia da animação. Mas tal como na conjuntura tida como génese da animação sociocultural, as acções actuais podem não ser levadas a cabo por animadores e animadoras profissionais ou formadas na área mas sim por pessoas conscientes das ameaças que pairam sobre a nossa sociedade e sobre o bem estar social. Se os mesmos contextos forem palco de acções animadas por pessoas formadas em animação sociocultural (ou em alguma das suas vertentes) poderão então ser espelhos da animação e da perpetuação da sua génese política, devolvendo à animação o seu carácter transformador e não somente “cuidador” e “*entretainer*” com que amiúde actualmente se apresenta.

Os campos da animação sociocultural na conjuntura actual, na sua vertente militante, são diversos e abrangem quadros teóricos distintos, embora integrem um referencial comum, associado a um conceito de Desenvolvimento que visa um equilíbrio entre os aspectos sociais, económicos e ambientais. Neles se encontram formas alternativas de vida em sociedade, a implementação de redes solidárias de colaboração ou de produção, a soberania alimentar e o activismo político *tout-court*, quer a partir de uma mobilização de rua, quer a partir de uma mobilização por meios digitais num contexto virtual.

Apresentam-se aqui sete paisagens possíveis para uma acção militante e consciente da animação sociocultural no contexto contemporâneo; paisagens nas quais a animação, enquanto acção inerente à condição humana, é já uma realidade por mãos de outras pessoas. São elas: A construção de comunidades alternativas; a animação de redes colaborativas; a animação no espaços e na sociedade virtual; animação da economia local; a animação da acção colectiva e dos grupos de protesto; a animação do tempo desocupado e a problemática do desemprego; animação e agitação dos contextos institucionais/ organizacionais.

Sete paisagens possíveis para o retorno de uma animação militante

Comunidades alternativas

A actual crise económica e uma consciência mais generalizada sobre os problemas no

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

âmbito do desenvolvimento, em particular dos que se relacionam com economia, sociedade e ambiente, têm vindo a acentuar a procura de formas alternativas de vida, através da criação de comunidades preocupadas com as relações entre produção, consumo, humanidade, saúde, espiritualidade e sustentabilidade ambiental. O conceito de “decrecimento”, contraposição ao conceito e à ideia de crescimento económico, tem levado ao incremento de comunidades que se formam em lugares relativamente isolados, afastados das grandes vilas e cidades, que funcionam quase autonomamente e fora dos sistemas sociais e económicos vigentes.

Estas comunidades, habitualmente apelidadas de “Comunidades sustentáveis” ou “Ecoaldeias”¹⁰, são geralmente compostas por jovens, adultos e famílias com níveis de escolaridade secundária ou superior. Produzem a maioria da sua alimentação (que também vendem), preocupam-se com a educação das crianças e com o impacto ambiental das suas acções. É frequente, nestas comunidades, encontrar práticas de educação doméstica inspiradas na pedagogia Waldorf, assim como práticas de agricultura biológica e de permacultura¹¹. A motivação para a vida em comunidade é comum entre os vários habitantes mas a liderança das comunidades pode-se tornar difícil, levando por vezes, à desmobilização do grupo. Uma das comunidades mais famosas é a aldeia Tamera, criada em Portugal em 1995, que se tornou um ícone desta tipologia de comunidades pela sua dimensão mas também pelo seu carácter educativo e de investigação tecnológica.

Não se trata de uma forma de vida em voga, mais ou menos *hippie* ou *freak*, mas sim de uma problemática de desenvolvimento que nem sempre é facilmente compreendida, criando frequentemente representações distorcidas e estigmas, especialmente nas regiões onde estas comunidades se fixam e se desenvolvem.

Nas zonas urbanas ou sub-urbanas idênticas preocupações têm levado os habitantes a desenvolver um conjunto de iniciativas de promoção do bem estar, a nível ambiental,

10 Ver quadro 1.

11 A permacultura é uma técnica de produção agrícola que respeita os sistemas e as relações da natureza. Mais informação sobre permacultura em:

<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

social e económico e a promoção de um conceito integrador denominado “Cidades em Transição”¹².



Figura 1. Aldeia de Tamera.

Fonte: <http://www.tamera.org/pt>

A animação sociocultural pode trazer um contributo muito significativo para a consciencialização, mobilização e capacitação da sociedade em torno desta problemática. Pode mediar as relações entre as comunidades denominadas alternativas e as populações em redor. Pode ainda animar a organização de grupos que procurem diferentes formas de vida e de estar em sociedade, ou mesmo animar os grupos já existentes, capacitando os seus elementos e mobilizando recursos que permitam a sustentabilidade de comunidades já existentes.

Sobre Comunidades Sustentáveis

<http://www.tamera.org/pt/o-que-e-tamera/quem-somos/>

<http://visao.sapo.pt/como-se-vive-numa-comunidade-sustentavel=f773212>

<https://www.youtube.com/watch?v=wfjmcJpLgB8>

Sobre Ecoaldeias

<http://www.redeconvergir.net/v2/#RedeConvergir>

<https://www.facebook.com/rede.portuguesa.ecoaldeias>

Sobre as Cidades em Transição

<http://transicaoportugal.net/>

Quadro 1

12 Ver quadro 1.

2. Redes colaborativas

Se a globalização trouxe consigo a ideia de pensar global, trouxe agora também a necessidade de agir a nível local como resposta à pressão da própria globalização, materializada pelos grandes grupos empresariais e pelo poder dos seus *lobbies* políticos que levam, por exemplo, à criação de inúmeras e ambíguas normas de qualidade. Na sua obra *Tools for Conviviality*, nos anos 70, Ivan Illich expressava já grande preocupação com o facto de a sociedade estar a perder a capacidade de convivência à medida que se investe nas instituições para a resolução dos problemas e como resposta às necessidades sociais.

“Present institutional purposes, which hallow industrial productivity at the expense of convivial effectiveness, are a major factor in the amorphousness and meaninglessness that plague contemporary society. The increasing demand for products has come to define society's process. (...)”

As an alternative to technocratic disaster, I propose the vision of a convivial society. A convivial society would be the result of social arrangements that guarantee for each member the most ample and free access to the tools of the community and limit this freedom only in favor of another member's equal freedom”

Ivan Illich (1973) *Tools for Conviviality*.¹³.

Com efeito, na sociedade ocidental contemporânea as organizações, em especial as de acção social, são responsáveis por todos os géneros de apoio, levando a grandes encargos por parte das organizações ou a que o custo total dos serviços seja pago pelas pessoas. Por outro lado as comunidades podem prestar ajuda e cuidados para com as pessoas idosas, crianças ou doentes. Ou mesmo organizar as suas próprias escolas,

13 Illich, I. (1973) *Tools for Conviviality*. Disponível em:

<https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGwSuWmVNWdOSXc3bXM#list>

Versão em língua portuguesa: Illich, I. (1985) *A Convivencialidade*. Publicações Europa-América. ISBN 9789721005112

espaços de aprendizagem (em harmonia com a proposta de descolarização de Ivan Illich¹⁴) e o aproveitamento dos tempos livres, tal como se fez nos primórdios da animação sociocultural. Ou, ainda mais, para organizar os seus próprios sistemas de comunicação, longe da dependência dos operadores de telecomunicações que, ao contrário do que publicitam, não garantem cobertura por todo o território nacional, facto notório nas zonas rurais e mais isoladas¹⁵.

O conceito de redes sociais é anterior ao advento das plataformas de comunicação *online*, das quais o Facebook se tornou *ex-libris*, e baseia-se na ideia de conectar pessoas e organizações em torno de problemas e soluções que lhes tragam uma situação desejada.

“A noção de rede (...) enfatiza relações entre diversidade que se integram, os fluxos de elementos circulantes nessas relações, os laços que potencializam a sinergia coletiva, o movimento da autopoiese, em que cada elemento concorre para a produção dos outros, a potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com os demais e a transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede”.

Euclides André Mance (2009) *Redes de Colaboração Solidária*.¹⁶

As redes colaborativas são precisamente tecidos sociais nos quais as pessoas se interligam, complementando-se umas às outras na resposta às suas necessidades, proporcionando também espaços e momentos de “convivencialidade”. A situação mais comum de uma rede colaborativa é de carácter solidários. Trata-se de um conjunto de pessoas que se ajudam mutuamente, de forma não organizada, devido aos laços de

14 No livro *Deschooling Society*, Ivan Illich propõe uma sociedade sem escolas, em sintonia com a sua ideia de desinstitucionalização e de convivencialidade (que explorou depois). Nesse sistema as pessoas criam redes de partilha de conhecimento entre si, cabendo a cada pessoa a escolha do que pretende aprender para seu desenvolvimento pessoal e laboral. Ver: Illich, I (1985) *Sociedade Sem Escolas*. Petrópolis. Ed. Vozes. Disponível em: <https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGwSuWmVNWwOSXc3bXM#list>

15 Duarte, G. D. & Montez, M. (2014) Xistórias – Performance e animação como resposta comunitária à exclusão digital. In Fontes, A., Sousa, J. G., et al. *Cultura da Participação – Animação Sociocultural em Contextos Iberoamericanos*. Leiria, RIAP – Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural, Nodo Português. Disponível em: <http://sites.ipleiria.pt/congressoria> ou https://mamitz.files.wordpress.com/2014/10/ebook_ria_xistorias.pdf

16 Mance, E. (2009) *Redes de Colaboração Solidária*. In Laville, J-L., Cattani, A.D., et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

amizade ou de vizinhança, sempre que algum deles necessita. No entanto esta dimensão colaborativa pode-se perpetuar no tempo e expandir-se no espaço, físico e relacional, de forma organizada. Uma rede colaborativa organizada pode responder a necessidades sociais, culturais e educativas de uma comunidade (de um bairro, de uma aldeia, de um prédio, de uma rua, de uma freguesia) ou de um grupo de empresários locais. No primeiro caso podem resultar a criação de estruturas sociais, culturais e educativas tais como: centros de dia; grupos de apoio a idosos; apoio comunitário ao envelhecimento activo¹⁷; espaços para jovens; creches; amas; escolas comunitárias; centros culturais; aulas de música, teatro e dança; cine-clube; espectáculos comunitários.

Outro tipos de redes colaborativas são as redes colaborativas de produção local (RCPL). Trata-se de “um conjunto de pessoas que produzem localmente bens e serviços, a colaborarem entre si ao nível da inovação, criação, produção, vendas e comunicação.”¹⁸. A ideia de base é que se integrem nos produtos ou serviços de uns os produtos ou serviços dos outros. Trata-se de um caso em todos ganham, uma vez que a mais valia da venda de cada produto final é partilhada por todos. As redes colaborativas são animadas por um grupo de pessoas implicadas na produção local, na sustentabilidade ambiental, no fortalecimento dos laços de solidariedade e na educação para o desenvolvimento.

A dinamização e manutenção das redes colaborativas e solidárias é possibilitada pela reflexão sobre as práticas dos actores sociais. Tal reflexão comporta uma dimensão de consciencialização, de sensibilização que se encontra na função educativa e na acção mobilizadora da animação sociocultural. É por isso que a animação se apresenta, nesta paisagem, como a metodologia por excelência para a dinamização e difusão das redes, dos seus valores, do que nelas se produz e do seu potencial no panorama económico local, como forma de empreendedorismo e combate ao desemprego. A animação pode também ser a ferramenta perfeita para criar pontes entre pessoas e grupos, conectando-os para que cada um contribua para a sua comunidade, diminuindo assim a dependência das pessoas face às instituições e empresas.

17 Community Care Development é um conceito que tem sido desenvolvido no Reino Unido através de práticas de apoio a idosos, construído e animado pela comunidade, numa lógica de rede. Ver quadro 2.

18 <http://generaiana.cmcd.pt/media/110255/Folheto-Rede-Colaborativa-Produ%C3%A7%C3%A3o-Local-2.pdf>

Sobre Redes Colaborativas de Produção Local

http://www.casadosal.pt/2011/11/o-que-sao-as-redes-colaborativas-de_26.html

<http://www.animar-dl.pt/index/projectos/iefp/rcpl>

<http://generaiana.cmcd.pt/media/110255/Folheto-Rede-Colaborativa-Produ%C3%A7%C3%A3o-Local-2.pdf>

RCPL Abrotea: <https://www.youtube.com/watch?v=9quojDK11dE>

Sobre Community Care Development

<http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/534.pdf>

Quadro 2

3.Sociedade virtual

A sociedade global é também uma sociedade em rede, ligada por um sistema de comunicação global (Internet) que permite partilhar conteúdos das mais diversas naturezas, desde entretenimento a conhecimento teórico, passando por saberes técnicos especializados. As ferramentas da globalização trouxeram ao mundo novos espaços nos quais a animação pode e deve actuar, partilhando conhecimento capaz de produzir uma consciência social e, depois, mobilizando pessoas e grupos para a mudança social. As redes sociais digitais, como o Facebook, são espaços de encontro com potencialidades idênticas às da praça central de uma vila ou da parede solarenga de um prédio de um bairro. São por isso não só espaços de mobilização e de aprendizagem mas também espaços de risco e de perigo. A animação sociocultural, através das suas várias modalidades, tem aqui um papel duplo: de potencialização e de educação.

A potencialização da utilização das ferramentas digitais tem sido alvo de diversas iniciativas e programas de inclusão social e digital, das quais se destacam, no panorama português, o Programa Escolha e a implementação dos Centros de Inclusão Digital

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

(CID)¹⁹. Neste ambiente Mario Viché abordou a ideia de Ciberanimação (*Ciberanimación*)²⁰ que tem vindo a aprofundar e a encontrar o seu espaço no léxico da animação sociocultural. Embora envolto nalguma polémica e alvo de discussão, a Ciberanimação parte da ideia de que o espaço virtual apresenta características idênticas às do espaço físico mas diversas especificidades. As comunidades virtuais não são geradas pela simples convivência num espaço físico próprio (aldeia, cidade, bairro, escola) mas sim pela partilha de interesses ou de problemas comuns que tecem uma malha identitária muito mais alargada, extensiva aos cinco continentes. As recentes acções colectivas como Occupy Wall Street ou as Acampadas em Madrid e Lisboa, como protesto às políticas económicas de austeridade e de onde saiu o movimento Podemos, foram geradas por uma mobilização através dos meios de comunicação digitais. Outros exemplos de comunidades dinamizadas no espaço virtual vão desde grupos educativos ao polémico WikiLeaks.

“La ciberanimación se estructura como la praxis de la animación sociocultural en la sociedad digital y por tanto como una herramienta al servicio de los movimientos sociales inteligentes y del cambio social que interactúan en el contexto sociocultural generando dinámicas de encuentro, toma de conciencia, debate, toma de decisión, acción social colaborativa y mejora de las condiciones de la vida colectiva”.

Mario Viché (2014) Ciberciudadanía: El empoderamiento de ciudadanas y ciudadanos Internet²¹

O papel educador da animação tem em vista a utilização das novas tecnologias da informação e a presença dos utilizadores no espaço virtual. Neste campo surgem inúmeros desafios que convém serem trabalhados em estreita interdisciplinaridade com

19 <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>

e

<http://www.programaescolhas.pt/conteudos/noticias/ver-noticia/4c2bc27a63122/os-centros-de-inclusao-digital-do-programa-escolhas-foram-seleccionados-como-boa-pratica-pela-comissao-europeia-no-mais-recente-%22handbook-for-integration%22>

20 Ver quadro 3.

21 Viché, M. (2014) Ciberciudadanía: El empoderamiento de ciudadanas y ciudadanos Internet. In Revista Quaderns d'Animació Nº 19, Enero 2014. Disponível em:

http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diecinueve_hm_files/Ciberciudadania.pdf

áreas como a medicina ou a psicologia, na educação para uma utilização responsável dos dispositivos digitais e da Internet. Devem ser salvaguardados aspectos como a ligação de cada pessoa à sua comunidade local, à vizinhança, aos amigos, colegas e família e a saúde física e mental dos utilizadores.

Os equipamentos e as novas tecnologias da informação permitem um aproveitamento do tempo desocupado de forma inédita na história da nossa civilização e permitem uma constante ligação e comunicação entre cada pessoa e o mundo. Com isto podem surgir oportunidades de participação em redes sociais, na observação de acontecimentos e situações políticas e na partilha de inúmeros conteúdos entre pessoas. No entanto deve-se também conseguir que este tempo não se torne tempo de autismo; isto é, que as pessoas utilizadoras não se isolem das pessoas com quem partilham o espaço físico (família, vizinhos, colegas, comunidade). Reside aí um dos mais distintos papéis da animação no século XXI.

Sobre Ciberanimação

Viché González, M. (2014) Ciber@nim@ção. Primera.

Viché, M. (2014) Ciberciudadanía: El empoderamiento de ciudadanas y ciudadanos Internet. In Revista Quaderns d'Animació Nº 19, Enero 2014. Disponível em: http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diecinueve_htm_files/Ciberciudadania.pdf

Viché, M. (2011) La Ciberanimación, una Acción Social Transformadora; El Caso de #spanishrevolution. In Revista Prácticas de Animación. Año 5, nº 4. Outubro 2011.

Quadro 3

4. Economia Local

O fenómeno da globalização transporta, como já referi, um conjunto de poderes financeiros que se têm revelado esmagadores das economias de pequena escala e, sobretudo, das economias de base local. Sectores como o da alimentação ou do artesanato têm sido ameaçados pelo poderio empresarial detido pelos grandes grupos empresariais, grupos esses que influenciam fortemente as políticas nacionais e, sobretudo, europeias. O resultado é um conjunto de medidas e quadros normativos que estimulam o consumo numa escala maior do que a que seria necessária. Veja-se o

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

exemplos das políticas de renovação do parque automóvel em nome da segurança rodoviária, ou das medidas e condicionantes do sector da restauração sob o argumento da segurança e da higiene alimentar. Tanto um como outro exemplo levam os consumidores finais e os comerciantes a gastar mais e mais e, no caso da restauração, a receber em troca muito menos qualidade alimentar. Com efeito, os produtos caseiros locais, do vinho ao azeite passando pela carne e pelos bolos, estão fortemente condicionados e a maioria não pode ser adquirida nem utilizada em estabelecimentos comerciais. Em contraponto encontramos facilmente fruta, carne e até vinho proveniente de outras partes do mundo, muitas vezes produzidos em ambiente que não salvaguardam os direitos dos trabalhadores nem lhes conferem remunerações justas.

Contudo têm surgido nas últimas décadas uma série de iniciativas endógenas orientadas para a promoção e gestão da economia local (tal como as redes colaborativas de produção local) e para a questão da soberania alimentar²². A economia local tem sido alvo de diversas acções que se devem considerar de animação sociocultural pelo seu carácter mobilizador, educativo e gerador de mudanças comportamentais e políticas. Entre estas acções destacam-se iniciativas de economia solidária como as redes de produção local ou os grupos de consumo (conhecidas como “Cabaz de produtos”), o comércio justo²³, as redes de economia solidária e os mercados solidários²⁴ assentes em sistemas de trocas de produtos, quer de forma directa, quer com recurso a moeda social. Estas acções surgem da iniciativa de associações locais e de pessoas implicadas na dinamização do seu território, muitas vezes sem qualquer vínculo formal a qualquer organização e, muito menos, a qualquer organismo da administração local ou pública. Talvez por isso estas acções sejam geradoras de uma efectiva participação, não traduzível em quantidade mas sim na capacidade de compromisso e de envolvimento ao longo do tempo. Estas iniciativas implicam dois tipos de participantes: os produtores ou “prossumidores” (no caso dos mercados solidários) e os consumidores finais. Ambos se implicam na tomada de

22 Ver: <http://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/comercio-e-desenvolvimento/soberania-alimentar/>

23 O comércio justo é um conceito e uma prática que assenta no princípio de que um produtor deve ser remunerado justamente pela produção do seu produto, e não como acontece, ser o actor da cadeia de comercialização de um produto cuja remuneração é a mais baixa. O comércio justo é organizado por cooperativas responsáveis por fazer escoar os produtos e assegurar um pagamento justo aos produtores, eliminando os encargos e lucros associados aos intermediários (ver quadro 4).

24 Ver quadro 4 para todos os exemplos.

decisão e no desenvolvimento das iniciativas, assim como na promoção das mesmas e na sensibilização de outros potenciais participantes para as temáticas aqui abrangidas. Algumas destas iniciativas contemplam públicos (ou grupos de participantes) específicos, por localidade, escolaridade ou grupo etário. Os casos mais significativos são os mercados de trocas com moeda social destinados a crianças²⁵; um misto de iniciativa de economia local e de educação para a economia solidária.

Inscrevem-se ainda nesta paisagem da economia local os processos de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais²⁶. Estes processos, denominados de Orçamento Participativo (OP)²⁷, são promovidos pelas autarquias e têm gerado a mobilização dos cidadãos em redor de ideias e de projectos a realizar nos seus municípios. Nos últimos anos tem-se assistido ao alargar significativo do número de autarquias portuguesas a promover o OP. Entre elas encontram-se iniciativas pioneiras dos concelhos de Palmela, Sesimbra e São Brás de Alportel, as mais mediáticas de Lisboa, Cascais, e Oeiras, e as mais recentes em Guimarães e Loulé.

Qualquer uma das iniciativas integradas nesta paisagem da economia local exige a participação de pessoas, que é, nas palavras de Jean-Claude Gillet, passagem obrigatória da animação sociocultural²⁸.



Figura 2. Cartaz de um Mercado de Trocas promovido pela associação Casa da Esquina.
Fonte: <http://nacasadaesquina.blogspot.pt>

25 Idem.

26 Dias, N. (2009) *Orçamento Participativo : Animação Cidadã para a Participação Pública*. São Braz de Alportel. Associação In Loco.

27 Ver quadro 4.

28 Gillet, J-C. (1995) *Animation et Animateurs: Le sens de l'action*. Paris: L'Harmatan.

Sobre Economia Solidária

Hespanha, P., Santos, A.. M. (2001) *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina.

Laville, J.-L., Cattani, A.D., et al. (2009) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

Fórum Finanças Éticas e Solidárias: <http://www.financaseticas.pt/>

Movimento Economia Solidária do Porto: <http://ecosol.portolivre.net/?paged=2>

Rede de Economia Solidária da Catalunha: <http://www.xes.cat>

Sobre Mercados Solidários

Animação Cidadã para a Acção Solidária. In Loco. Disponível em:

http://www.in-loco.pt/upload_folder/edicoes/829b42aa-7d05-4259-80de-01a4e57a0382.pdf

Montez, M. (2010) Trocas por cá – Mercados Solidários pela voz de um prosumidor. In *Revista de Economia Solidária* Nº2. ACEESA. Dezembro 2010. ISSN: 1647-5968. Disponível em:

https://mamitz.files.wordpress.com/2012/08/trocas_por_ca_mercados_solidarios.pdf

Mercado de Trocas promovidos pela associação Casa da Esquina (para crianças e adultos):

<http://nacasadaesquina.blogspot.pt/2015/06/mercado-de-trocas-de-coimbra.html>

<http://nacasadaesquina.blogspot.pt/2015/06/o-mercado-de-trocas-esta-de-volta.html>

Mercado de trocas para crianças:

<http://projetosparaescolas.blogspot.pt/2013/04/estrela-solidaria-mercado-de-trocas.html>

Sobre Comércio Justo

<http://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/comercio-e-desenvolvimento/comercio-justo/>

Sobre Grupos de Consumo e de Produção Local

PROVE – promover e vender: <http://www.prove.com.pt/www/>

Grupo de Consumo Responsável de Coimbra: <http://gcrabr.wix.com/a>

Sobre Orçamento Participativo

Dias, N. (2009) *Orçamento Participativo : Animação Cidadã para a Participação Pública*. São braz de Alportel. Associação In Loco.

<http://www.in-loco.pt/pt/projectos/20140715/orcamentos-participativos-para-a-melhoria-da-governacao-municipal/>

<http://www.in-loco.pt/pt/projectos/20121213/iniciativa-orcamento-participativo-portugal/>

5. Acção colectiva

Em Setembro de 2011 a revelação, por parte do governo português, sobre uma nova taxa com grande sobrecarga para a classe média gerou uma inesperada reacção de massas. Cerca de 600 mil pessoas manifestaram-se em protesto em todo o país. Aproximadamente 300 mil pessoas juntaram-se em Lisboa numa única praça, ironicamente com o nome de um dos fundadores do movimento sindical português do século XIX – José Fontana. Esta demonstração de descontentamento perante uma medida política levou à maior mobilização política de pessoas alguma vez ocorrida em Portugal e gerou uma onda de participação popular. Durante vários meses criaram-se diversas assembleias populares em diferentes cidades e freguesias do país.

Contudo, dois anos depois, muitos destes grupos desmobilizaram, enfatizando o cepticismo das pessoas perante o poder da participação popular. Reclama-se então o retorno da voz de Zeca Afonso no apelo musical que fez em 1974 na canção “O que faz falta é animar a malta!”, lembrando-nos a importância da dimensão militante da animação sociocultural. Não só faz falta animar a malta como é preciso animar os espaços nos quais a “malta” se relaciona e se desenvolve. Faz falta repensar os espaços públicos: os físicos de convívio, os culturais, os sociais, os educativos, os políticos e até os espirituais. Com efeito, o estudo da acção colectiva tem-nos mostrado que esta acção humana de protesto, geradora de movimentos sociais, está sujeita a diversas dinâmicas e factores que condicionam a sua perpetuação. Para além dos factores de ordem racional²⁹, tradicionalmente apontados pelas escolas racionalistas, são também factores de ordem cultural e emocional³⁰ que definem o sentido da mobilização ou da desmobilização³¹ da acção colectiva e, conseqüentemente, do seu sucesso.

Da acção colectiva desenvolvida neste contexto político e sociocultural destacam-se: o papel das assembleias populares alargadas, em particular de Lisboa, Porto e Coimbra; o

29 Olson, M. (1998). *A lógica da Acção Colectiva – Bens Públicos e Teoria dos Grupos*. Oeiras, Celta Editora.

30 Jaspers, J. M. (1998). The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions In and Around Social Movements. *Sociological Forum*, Vol. 13, nº 3, p. 397-424, 1998

31 Monteiro, A. A. & Montez, M. M. (2015) Sentidos de Mobilização e de Desmobilização da Acção Coletiva. *Revista OPINIÃO PÚBLICA*. Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015, p.p. 217–237.

papel dos grupos de acção pela defesa da identidade e património local, como o a Assembleia Popular da Graça e Arredores, em Lisboa; o movimento Es.Col.A e a ocupação da escola da Fontinha, no Porto; o movimento Salvem El Cabanyal, Valencia (Espanha); e ainda a ocupação do Museu Nacional de Arte Contemporânea por um grupo de Artistas, em Lisboa³². Do ambiente e das acções de descontentamento levadas a cabo em Espanha perante as medidas de austeridade surgiu o movimento político Podemos, actualmente transformado em partido político com grande protagonismo nas últimas eleições. Em Portugal surgiu, neste contexto, o movimento político Tempo de Avançar, focado, sobretudo, na participação dos cidadãos nas tomadas de decisão políticas³³.

Nesta paisagem da acção colectiva e da identidade local resurge a génese da animação sociocultural, impregnada agora de desafios contemporâneos e de novas ferramentas teóricas e práticas para a intervenção. O papel das pessoas animadores (não necessariamente de animadores formados ou profissionais) é imprescindível para a perpetuação das acções colectivas com vista à geração de um verdadeiro movimento social e à produção de uma historicidade, razão e objectivo último da acção humana³⁴



Figura 3. (Esq.) Reunião do movimento El Cabanyal para definição de detalhes da actividade Cabanyal Portes Obertes. (Dta.) Momento da ocupação do Museu Nacional de Arte Antiga por um grupo de mais de 73 Artistas. Fotos do autor.

32 Ver quadro 5 para todos os exemplos.

33 Idem.

34 Touraine, A. (1996). *O Retorno do Actor – Ensaio Sobre Sociologia*. Lisboa, Instituto Piaget./ Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio de Água.

Sobre Assembleias Populares e grupos de acção local**Assembleia Popular da Graça e Arredores:**<https://assembleiapopulardagraca.wordpress.com/>**Assembleia Popular do Porto**<http://assembleia-popular-do-porto.blogspot.pt/>**ES.COLA – espaço coletivo autogestionado**<http://escoladafontinha.blogspot.pt/>**Salvem El Cabanyal**<http://www.cabanyal.com/>**Sobre Acções Artistas**<http://www.artecapital.net/estado-da-arte-46-rui-mourao-os-nossos-sonhos-nao-cab-em-nas-vossas-urnas-quando-a-arte-entra-pela-vida-adentro-parte-ii><http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=750289&tm=4&layout=121&visual=49>https://www.youtube.com/watch?v=z-6J9p_W0IQhttp://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=4081933&seccao=Artes%20Pl%Eticas**Sobre movimentos políticos de cidadãos****Tempo de Avançar:** <http://tempodeavancar.net/>**PODEMOS:** <http://podemos.info/>

Quadro 5

6. Tempo desocupado

O desemprego é uma realidade do presente. A taxa de desemprego na península ibérica subiu abruptamente desde a implementação das medidas políticas de austeridade. Em Portugal a taxa de desemprego passou de 5,0% em 2002, data de adesão à moeda única (Euro) para 16,2% em 2012, dez anos depois³⁵. Durante este tempo apresentou-se sempre em subida. 2012 é também a data que marca o início da implementação das

35 Fonte: PORDATA. <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+%28percentagem%29-550> (acedido em 13/02/2015).

medidas de austeridade de responsabilidade total do governo actual. Em 2014 e até Abril de 2015 apresenta um ligeira descida, situando-se actualmente nos 13,2%,³⁶ muito acima ainda das taxas do início do século XXI. Em Espanha a taxa de desemprego actual situa-se nos 22,5%³⁷. Os dois países da Península Ibérica encontram-se assim nos 5 países da União Europeia com maior taxa de desemprego, juntamente com a Grécia (25,6%), Cipro (16%) e Croácia (15,8%).

O desemprego é uma realidade. Com ele apresenta-se a problemática do aproveitamento do tempo livre ou do tempo desocupado, questão que preocupa a animação sociocultural desde a sua origem, quer associada às realidades sub-urbanas nas quais o tempo desocupado se devia igualmente à falta de ocupação laboral (ou laboral precária), quer associada às transformações geradas pela tecnologia no contexto da industrialização da sociedade que conferiu mais tempo livre a algumas classes laborais³⁸. A especificidade de algumas tarefas laborais ou a conjugação do trabalho com a vida familiar nem sempre possibilitam o desenvolvimento de outras competências, nem sequer a exploração de outras áreas de interesse. As políticas relacionadas com o desemprego têm procurado enriquecer o leque de interesses das pessoas desempregadas mas também obrigam à aceitação de qualquer trabalho na área profissional da pessoa desempregada, mesmo que o desafio e a categoria do trabalho sejam bastante inferiores ao trabalho anteriormente realizado. Actualmente a política dirigida ao desemprego parece orientar-se, sobretudo, para a criação do próprio emprego, através de medidas de incentivo ao empreendedorismo. Contudo, ser empreendedor não é somente ser capaz de ter uma ideia ou de abrir um negócio. Ser empreendedor ou, conseguir criar o seu emprego, obriga a conseguir determinado volume de recursos financeiros e, principalmente um conjunto de competências pessoais orientado para a gestão (de vários tipos) e para a criatividade. Resiliência, humor, optimismo e liderança são outras das diversas competências necessárias para a definição de um projecto de negócio.

Perante as adversidades da economia actual e do mercado de trabalho, muitas das

36 Fonte: Eurostat. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:Unemployment_rates_seasonally_adjusted_May_2015.png

37 Idem.

38 Ander-Egg, E. (2012) *La Problemática de l'Animación Sociocultural*. Col. Animación Sociocultural. Buenos Aires, San Pablo Editora. pp. 24-38.

personas desempleadas apresentam-se desmotivadas e com fragilidades a nível psicológico e de relação familiar. Pensar que a resolução do desemprego passa completamente pela criação de um negócio não só cria, muitas vezes, demasiadas expectativas, como grandes desilusões que acentuam ainda mais estes estados. É por isso necessário ter em conta cada pessoa desempregada como um ser único, como é necessário trabalhar para o seu bem estar. Ao mesmo tempo é preciso compreender que muitas das pessoas desempregadas apresentam ainda outras condicionantes a nível de competências sociais que se agravam à medida que não encontram trabalho ou à medida que vão sendo despedidas dos trabalhos que eventualmente venham a conseguir.

Existem várias associações locais e IPSS que trabalham estes âmbitos de necessidades através de acções destinadas a pessoas desempregadas. O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) procura também contribuir para a formação de pessoas desempregadas ao mesmo tempo que os impele a criar o seu próprio emprego. Associações como a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), promotora do Microcrédito³⁹, inspirada pela iniciativa mundialmente conhecida de Muhammad Yunus, têm desenvolvido trabalho de orientação, acompanhamento e implementação de negócios com pessoas sem capacidade de contrair crédito bancário, tornando assim possível a criação de um micro-negócio com sucesso. Actualmente, têm surgido várias iniciativas de apoio à criação de emprego, desde as mais completas que procuram trabalhar competências das pessoas, às que visam somente o empréstimo bancário e a criação do negócio *no matter what*.

Não parece, no entanto, que uma sociedade se deva construir, na sua totalidade, apenas por empresas e que grande parte delas sejam criadas por pessoas desempregadas. A animação tem, nesta paisagem, um papel fundamental de complemento às iniciativas estatais ou associativas para a ocupação do tempo das pessoas desempregadas, desde a criação de grupos específicos numa lógica de rede colaborativa que possam trazer contributos colectivos às situações pessoais de desemprego e desocupação, ao desenvolvimento de competências a montante da criação de um negócio ou da procura de emprego, passando pela exploração e potencialização de outros interesses pessoais,

39 Ver quadro 6.

pela exploração vocacional e orientação para a formação académica ou profissional, até à procura de soluções criativas face ao desemprego, numa lógica participativa, que possa passar (ou não) pela criação de negócios mas, principalmente, pela realização pessoal.

O tempo livre das pessoas desempregadas pode também ser potencializado para a participação em iniciativas cidadãs, desde a dinamização de pequenos grupos de moradores e de acção local, ou a organização dos tempos livres das crianças de uma comunidade, à participação em iniciativas políticas, culturais, educativas ou sociais de carácter nacional.

Sobre Aproveitamento do Tempo Livre e Apoio a Desempregados

<http://atlalfama.com/>

<https://www.facebook.com/fabricadonada.nucleoasc.5>

<http://ipav.pt/index.php/proj/gepe>

Ander-Egg, E. (2012) *La Problemática de l'Animación Sociocultural*. Col. Animación Sociocultural. Buenos Aires, San Pablo Editora. pp. 24-38.

Microcrédito

Ass. Nacional de Direito ao Crédito: <http://www.microcredito.com.pt/>

<http://micrept.wix.com/micre>

Laville, J-L., Cattani, A.D., et al. (2009) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

Quadro 6

7. Contextos organizacionais

As organizações (associações, empresas, organismos públicos) são geralmente reprodutoras dos comportamentos políticos, para além dos culturais, em voga. São muitas vezes elas próprias que erguem os cenários sociais e financeiros que se tornam tendência nacional, europeia ou até global. São também as organizações os principais

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

sistemas empregadores de profissionais da animação sociocultural. A última paisagem aqui apresentada é também a mais provocadora e uma subtil (ou não) apelo à militância da animação sociocultural e ao inconformismo dos animadores e animadoras. Esta paisagem mostra-nos o campo no qual a mudança se pode gerar a partir das mãos, do saber e das ferramentas dos profissionais de animação sociocultural. As organizações estão, na sua grande maioria, subjugadas ao espírito trazido pela crise e pela austeridade. O desemprego paira como ameaça por cima das cabeças dos funcionários, os decisores criam normas que põem em causa direitos laborais e sociais, e emergem palavras de ordem como “sustentabilidade”, “retorno financeiro”, “empreendedor” ou “cabimento orçamental” a par com “eficácia”, “eficiência”, “avaliação”, “qualidade” e, por fim, “despedimento”. Perante os cenários que aprecem esperar quem não siga dogmaticamente estes imperativos, o colectivo da organização transforma-se. O que deveria ser um colectivo cooperativo torna-se uma amálgama de indivíduos em luta pela sua sobrevivência. A fragmentação do colectivo enfraquece a garantia dos direitos e do respeito pelos trabalhadores e, em muitos casos, vai diluindo a qualidade da missão de cada organização. As organizações sem fins lucrativos de acção social, os lares, os centros de tempos livres e educativos e as escolas dos vários ciclos de ensino até ao superior não são excepção. A animação é uma arte sem medo; o meio pelo qual se deve agir contra todas as ameaças que os animadores e animadoras consideram inaceitáveis perante os grupos com os quais trabalham e, mais ainda, perante si próprios. A militância da animação exige agitar as consciências, reivindicar justiça e respeito para com os trabalhadores e trabalhadoras. Ser animador numa organização que sucumba às exigências cegas da austeridade, engolir inquestionavelmente directivas incoerentes e conseguir dormir em sossego de noite sem pensar no que se pode fazer para deixar um mundo melhor às crianças de agora, não é ser animador nem animadora sociocultural; é compactuar com um sistema desumano. A animação leva-nos a questionar, a sensibilizar os pares, a mobilizar vontades e a impelir mudanças para um mundo melhor. A animação dá-nos saber, ferramentas, técnicas e força para mexer realidades. Os contextos organizacionais são um rico campo de manobras e um ponto de partida para a mudança social.

Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante

Copyleft: Mário Montez

Conclusão

O contexto social da segunda década do século XXI é efectivamente muito distinto das utopias imaginadas no final do século XX que apontavam para uma sociedade (ocidental) do lazer, do usufruto da cultura, da diminuição do tempo de trabalho, de uma Europa unida em torno da solidariedade e de um desenvolvimento pessoal assente na educação e na auto-realização. Em vez disso assistimos a um conjunto de comportamentos e decisões políticas e económicas que parecem conduzir a um retrocesso do percurso sonhado e percorrido até ao final do século XX.

O desemprego é uma realidade séria que afecta muitas profissões, e em particular a animação sociocultural. Habitualmente inscrita no campo das políticas sociais e educativas que permitiam a empregabilidade, a animação vê-se actualmente confrontada com o resultado das actuais políticas focadas no pagamento (e mais contração) de dívida pública, na criação de negócios, na atracção de investimento estrangeiro em detrimento dos investimentos e acções anteriormente realizados as áreas socioeducativas e culturais. As pessoas formadas em animação sociocultural (ou nalguma das suas modalidades) encontram-se agora em vários quadrantes profissionais, não sendo difícil encontrar “animadores professores” ou “animadores vendedores” ao mesmo tempo que “animadores educadores sociais” ou “animadores educadores de rua”⁴⁰. Muitos destes animadores e muitas destes animadoras consideram o seu futuro com um emprego na área da animação e olham a realização profissional como uma miragem. Mas esquecem, porventura, que a animação faz-se como o caminho se faz para o caminhante: para caminhar rumo a uma mudança. A animação não é um emprego e a mudança não é institucionalizada, tal como a revolução não é televisionada⁴¹. A animação pode começar em casa, na escola, no emprego, no convívio e até no tempo desocupado.

40 Lopes, M. S. (2012) A Animação Sociocultural: democracia, cidadania, participação e o dédalo do real com o virtual In Lopes, M. S. (coord.) *Animação Sociocultural, Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação*. Chaves, Intervenção. pp. 79-90.

41 Analogia à canção de Gill Scott-Heron “Revolution Will Not Be Televised”, de 1970. Aqui não somente no sentido original de a revolução não ser mediatizada mas também de que é um processo que não acontece num só momento e que a mudança é quase invisível mas que se torna realidade. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=qGaoXAwI9kw>

A intenção deste texto foi dar a conhecer âmbitos da animação que, não sendo inéditos nem no tempo nem no espaço, se apresentam como paisagens contemporâneas do potencial da animação sociocultural enquanto metodologia social, numa conjuntura política, económica e social como aquela que atravessamos e que aqui se apresentou como fundamento destas paisagens. Igual preocupação foi partilhar panoramas, exemplos, contactos e acções possíveis em cada um destes contextos que inspirem uma intervenção cidadã e livre de amarras. Foram aqui deixadas sementes de vontade regadas pela sugestão de que nem toda a animação tem de acontecer nas instituições nem tem de ser *empresarializada*. Mais do que potenciais campos para uma intervenção da animação sociocultural, estas paisagens são âmbitos de obrigatória animação nos quais se exige a presença activa de animadores e de animadoras socioculturais. “E é aqui que a animação deve reencontrar o sentido que funda as suas origens” e construir a “utopia realista.”⁴²

42 Gillet, J-C. (1995) *Animation et Animateurs: Le sens de l'action*. Paris: L'Harmatan.

Referências Bibliográficas

Ander-Egg, E. (2012) *La Problemática de l'Animación Sociocultural*. Col. Animación Sociocultural. Buenos Aires, San Pablo Editora. pp. 24-38.

Animação Cidadã para a Acção Solidária. In Loco. Disponível em:
http://www.in-loco.pt/upload_folder/edicoes/829b42aa-7d05-4259-80de-01a4e57a0382.pdf.

Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio de Água.

Baptista, A. M. (2012) Animação e Animadores Socioculturais: imprecisões, ambiguidades, incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional num mundo em transformação. In *Revista Práticas de Animação*. Ano 6, Nº 5 Outubro 2012.

Dias, N. (2009) *Orçamento Participativo : Animação Cidadã para a Participação Pública*. São Braz de Alportel. Associação In Loco.

Duarte, G. D. & Montez, M. (2014) Xistórias – Performance e animação como resposta comunitária à exclusão digital. In Fontes, A., Sousa, J. G., et al. *Cultura da Participação – Animação Sociocultural em Contextos Iberoamericanos*. Leiria, RIAP – Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural, Nodo Português. Disponível em:
<http://sites.ipleiria.pt/congressoria>

Fonte, R. (2012) *A Formação de Animadores Socioculturais*. Canas de Senhorim, Edição de Autor.

Gillet, J-C. (1995) *Animation et Animeurs: Le sens de l'action*. Paris: L'Harmatan.

Gillet, J-C. (2006) Animação entre Marcha e Democracia. Comunicação disponível em:
http://jeanclaudegillet.free.fr/pdf/Comunicacao_PTG%20_2.pdf

Hespanha, P., Santos, A.. M. (2001) *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra, Almedina.

Illich, I. (1973) *Tools for Conviviality*. Disponível em:

<https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGwSuWmVNWWdOSXc3bXM#list>

Illich, I. (1985) *Sociedade Sem Escolas*. Petrópolis. Ed. Vozes.

Disponível em:

<https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGwSuWmVNWWdOSXc3bXM#list>

Jaspers, J. M. (1998). The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions In and Around Social Movements. *Sociological Forum*, Vol. 13, nº 3, p. 397-424.

Laville, J-L., Cattani, A.D., et al. (2009) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

Lopes, M. S. (2006) *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves, Intervenção.

Lopes, M. S. (2012) A Animação Sociocultural: democracia, cidadania, participação e o dedalo do real com o virtual In Lopes, M. S. (coord.) *Animação Sociocultural, Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação*. Chaves, Intervenção. pp. 79-90.

Mance, E. (2009) Redes de Colaboração Solidária. In Laville, J-L., Cattani, A.D., et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

Monteiro, A. A. & Montez, M. M. (2015) Sentidos de Mobilização e de Desmobilização da Ação Coletiva. Revista *OPINIÃO PÚBLICA*. Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015, p.p. 217–237.

Montez, M. (2010) Trocas por cá - Mercados Solidários pela voz de um prossumidor. In **Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante**

Copyleft: Mário Montez

Revista de Economia Solidária Nº2. ACEESA. Dezembro 2010. ISSN: 1647-5968.

Disponível em:

https://mamitz.files.wordpress.com/2012/08/trocas_por_ca_mercados_solids3a1rios.pdf

Olson, M. (1998). *A lógica da Acção Colectiva – Bens Públicos e Teoria dos Grupos*. Oeiras, Celta Editora.

Viché, M. (2011) La Ciberanimación, una Acción Social Transformadora; El Caso de #spanishrevolution. In *Revista Práticas de Animação*. Ano 5, nº 4. Outubro 2011.

Viché, M. (2014) *Ciber@nim@ção*. En www.lulu.com; Valencia; Primera.

Viché, M. (2014) Ciberciudadanía: El empoderamiento de ciudadanas y ciudadanos Internet. In *Revista Quaderns d'Animació* Nº 19, Enero 2014. Disponível em:

http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diecinueve_htm_files/Ciberciudadania.pdf

Touraine, A. (1996). *O Retorno do Actor – Ensaio Sobre Sociologia*. Lisboa, Instituto Piaget.

Zink, R. (2014) *A Instalação do Medo*. S.l., Editora Teodolito.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Montez, Mario ; (2015); Paisagens contemporâneas para uma possível animação militante; en <http://quadernsanimacio.net> ; nº 22, julio de 2015; ISSN: 1698-4404